



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1010290-18.2017.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Honorários Advocatícios**
Requerente: **Felipe Armando Treviso**
Requerido: **Alvaro de Souza Andrade**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

FELIPE ARMANDO TREVISO, advogando em causa própria pediu a condenação em arbitramento de honorários advocatício em face de **ALVARO DE SOUZA ANDRADE**, devidamente qualificado nos autos, aduzindo, em síntese que:

1) foi contratado verbalmente para acompanhar a transação imobiliária até o integral pagamento do contrato de compra e venda firmado entre o réu e Márcio;

2) mediou a negociação conciliando as partes e confeccionou aditivo ao contrato de compra e venda;

3) após todo o trâmite, o vendedor do imóvel recebeu a quantia que lhe era devida, repassando a propriedade do imóvel ao réu, porém este último deixou de efetuar o pagamento dos honorários advocatícios ao autor.

Juntou documentos (fls.09/23).

O réu foi citado às fls.39, não oferecendo resposta (fls.40) tornando-se revel.

É uma síntese do necessário.

FUNDAMENTO E DECIDO

Julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, II, do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Novo Código de Processo Civil.

Cuida-se de cobrança de honorários no valor de R\$ 1.276,11.

Citado, o réu deixou de contestar o pedido dando-se a revelia. Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo Código.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de cobrança e CONDENO o réu ao pagamento da quantia de R\$ 1.276,11 (mil duzentos e setenta e seis reais e onze centavos), com atualização monetária a partir da data do efetivo prejuízo (data que deveria ter sido feito o pagamento) e com juros de mora a contar da citação.

Dada a sucumbência do réu, arcará com custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% sobre o valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de dezembro de 2017.